

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Cenário Econômico

O ano de 2015 foi marcado pela atividade econômica mais fraca do que esperada nos países emergentes, principalmente nos países dependentes dos preços de commodities. O desaquecimento da China e a redução dos preços de commodities têm impactado negativamente as moedas dos países emergentes.

Nos EUA, o FED iniciou o ciclo de aperto monetário, com o aumento de 0,25% em dezembro e fechou o ano de 2015 em 0,5% a.a. a taxa básica de juros. Apesar de a inflação continuar abaixo da meta de 2%, os dados do mercado de trabalho apresentam um crescimento robusto, a elevada confiança do consumidor sustenta o consumo das famílias e o setor imobiliário apresenta sinais de melhora. O aumento da taxa de juros deverá ser gradual e dependente da evolução da zona e da inflação com o impacto da queda do petróleo.

Na economia do Euro, os dados econômicos divulgados apontam para uma recuperação da atividade reforçada por estímulos do Banco Central Europeu. O impulso fiscal menos contractionista, a depreciação da moeda, a melhora do crédito, o consumo em expansão e uma política monetária mais acomodada contribuem para um cenário de crescimento do PIB em 2015 de 1,5% na Zona do Euro.

Na China, o PIB de 2015 foi de 6,9% dentro do esperado, mas o pior resultado em 25 anos e confirma a desaceleração progressiva na economia. No último semestre de 2015, a China registrou saídas de capital que somaram em termos anualizados o valor de US\$ 1 trilhão. Apesar da balança comercial em 2015 ter superado o recorde de US\$ 595 bilhões, a expectativa é que o yuan deva se desvalorizar frente ao dólar, que continua a se fortalecer com o aperto da política monetária nos Estados Unidos. O crédito mais restritivo e a atividade mais fraca mostram que mais estímulos são necessários pelo BC chinês para estabilizar o crescimento. As autoridades tomaram medidas restritivas de vendas de ações por grandes detentores de papéis e estão monitorando o mercado cambial para evitar a desvalorização forte do yuan.

No cenário doméstico, houve uma grande deterioração dos fundamentos macroeconômicos, na condução da política fiscal e na confiança do empresário e investidores. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaquecimento, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços administrados e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito, nível de confiança extremamente deprimido e investimentos em baixa. Neste contexto, a nossa projeção do PIB em 2015 é uma retração em torno de 3,7%. Apesar da atividade fraca a inflação segue muito elevada e encerra o ano com o IPCA em 10,67%, maior patamar em 13 anos, pressionada pelos preços administrados e o impacto da desvalorização cambial.

No lado externo, com a forte retração da atividade e a desvalorização do real, contribuíram para o superávit da balança comercial de US\$ 19,68 bi em 2015, melhor resultado desde 2011, as exportações recuaram 14% e as importações queda de 24% em comparação ao ano anterior. Do lado do financiamento externo, a perda do grau de investimento para o Brasil, deixaram as perspectivas desfavoráveis, com o crédito externo mais caro e com prazo mais reduzido limitando o ingresso do investimento estrangeiro, porém no lado positivo contribuem o elevado nível de reservas internacionais e a redução do déficit em transações correntes.

Para 2016, a economia mundial deverá adaptar-se para um crescimento mais modesto dos países emergentes, com commodities mais baratas, menor fluxos de comércio e de capitais. Os riscos são uma desaceleração mais forte que a esperada na China, novas quedas nos preços de commodities, principalmente no preço do petróleo e a piora de tensões geopolíticas.

Histórico

O Banco Rendimento S/A destaca-se por sua atuação consolidada em operações de câmbio, com um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil a operar nesse segmento.

No mercado primário de câmbio mantêm estrutura organizada para o atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial - importação e exportação - e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. O atendimento à clientela é diferenciado das demais instituições financeiras, por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários, dada a complexa regulamentação cambial, do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes.

Em crédito, o Banco Rendimento concentra suas operações no segmento de Middle Market, relacionando empresas com faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxis veiculares e atividade educacional.

Nos últimos anos ocupou posição relevante na área de serviços, relacionados à arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agilintas Soluções de Pagamentos Ltda., empresa integrante do Conglomerado Rendimento, o banco atua como distribuidor dos cartões pré-pagos, em moeda estrangeira, VTM - Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01/03/2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no segundo semestre de 2015, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que se evidencia a regularidade no enquadramento, do Conglomerado Rendimento, aos atuais 11%, definidos pelo referido Órgão regulador.

2015	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
Julho	230.040	160.484	15,77%
Agosto	211.249	156.289	14,87%
Setembro	212.195	153.491	15,21%
Outubro	212.778	170.395	13,74%
Novembro	215.009	160.966	14,69%
Dezembro	212.866	163.092	14,36%
Média			14,77%

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2015	2014
Circulante		1.070.435	1.181.766
Operações de crédito	5	393.992	411.324
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	296.732	188.009
Aplicações no mercado aberto		275.013	183.703
Aplicações em depósitos interfinanceiros		20.719	4.306
Títulos e valores mobiliários	7	1.051	66.891
Carteira própria		1.051	26.824
Vinculados a operações compromissadas		-	9.505
Vinculados a prestação de garantias		-	30.562
Relações interfinanceiras		1.406	926
Créditos vinculados ao Bacen		1.403	917
Relações com correspondentes		-	9
Operações de crédito	9	271.852	301.939
Sector privado:		271.852	301.939
Empréstimos e títulos descontados		258.108	289.018
Financiamentos		23.301	23.373
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(9.557)	(10.452)
Outros créditos		88.784	193.756
Créditos para avais e fianças honradas		-	2.273
Carteira de câmbio	10	14.567	126.339
Diversos	11a	77.343	65.595
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9	(3.126)	(451)
Outros valores e bens	11b	17.628	18.921
Outros valores e bens		17.126	18.358
Despesas antecipadas		502	563
Realizável a longo prazo		244.174	153.707
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	44.077	29.952
Aplicações em moedas estrangeiras		44.077	29.952
Títulos e valores mobiliários	7	74.046	-
Carteira própria		31.440	-
Vinculados a operações compromissadas		16.764	-
Vinculados a prestação de garantias		25.842	-
Operações de crédito	9	46.430	45.662
Sector privado:		46.430	45.662
Empréstimos e títulos descontados		35.757	37.579
Financiamentos		11.509	10.354
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(846)	(2.370)
Outros créditos		79.621	78.060
Diversos	11a	79.621	81.849
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9	-	(3.789)
Outros valores e bens	11b	-	33
Outros valores e bens		-	33
Permanente		26.679	68.028
Investimentos		18.045	58.254
Títulos patrimoniais	12	17.998	58.216
Outros investimentos		45	46
Imobilizado de uso		5.214	6.002
Imóveis de uso		1.866	1.865
Outras imobilizações de uso		13.251	12.740
(Depreciações acumuladas)		(9.903)	(8.603)
Diferido		123	166
Gastos de organização e expansão		3.836	3.837
(Amortização acumulada)		(3.713)	(3.671)
Intangível		3.297	3.596
Ativos intangíveis - outros		3.293	3.593
(Amortização acumulada)		(6.056)	(3.734)
Total do ativo		1.341.288	1.403.501

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.316	-	85.518	-	-	170.834
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.366	23.366
Constituição de reserva legal	-	1.168	-	-	(1.168)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	13.298	-	(13.298)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.800)	-	-	(1.800)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(8.900)	(8.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	9.481	97.016	-	191.813	191.813
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.708	23.708
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	60	-	60
Aumento de capital	64.684	(8.759)	(55.925)	-	-	(49.999)
Redução de capital	(42.630)	-	-	-	-	(42.630)
Constituição de reserva legal	-	1.185	-	-	(1.185)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.323	-	(12.323)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.200)	-	-	(20.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.200)	(10.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	8.047	142.551
Saldos em 30 de junho de 2015	150.000	1.435	41.091	52	8.047	200.625
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.448	9.448
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	8	-	8
Redução de capital	(42.630)	-	-	-	-	(42.630)
Constituição de reserva legal	-	472	-	-	(472)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.323	-	(12.323)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.200)	-	-	(20.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.700)	(4.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	8.047	142.551

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**
O Banco Rendimento S/A é um banco comercial, fundado em 1992, com carteira de câmbio e crédito ao mercado de middle market, e em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio financeiro e cartões pré pago.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, onde certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo BACEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Grupo Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, em total aderência às exigências do CMN e do Banco Central do Brasil, abrangendo as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento. Estão subordinadas ao Diretor Superintendente e segregadas das áreas comprometidas com resultados bem como daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e prudenciais.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de ações e procedimentos que tem por objetivo mitigar possíveis perdas em operações de crédito e câmbio, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização, evitando o descasamento de prazos com captações. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantêm conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN. Esses mecanismos de gestão são essenciais para a otimização na utilização do capital e obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas, através da seleção das melhores oportunidades de negócios. Periodicamente são realizadas reuniões dos comitês, responsáveis pela divulgação das políticas gerais, visando maior eficiência da gestão e avaliação consolidada dos riscos.

Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante os mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e consequentes perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.640/13, do Banco Central do Brasil.

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez, no Conglomerado Rendimento, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a impossibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem, contudo, afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar, pelo Patrimônio de Referência, o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com as presenças do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A gestão de Risco de Crédito encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721/09, do CMN, sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance que executa atividades segregadas das unidades de negociação e de auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, por meio de políticas aderentes às boas práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise das operações do Banco e dos riscos de crédito associados. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito, bem como a aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar possíveis riscos.

Política de Deferimento de Crédito

A política de concessão de crédito, adotada pelo Banco Rendimento, fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes tomadores idôneos e que apresentem capacidade financeira. As operações são realizadas com agilidade, segurança, evidenciando qualidade, liquidez e rentabilidade na aplicação dos ativos. O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito, do Banco Rendimento, garante maior eficiência nas ações de crédito e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, premissas que garantem a criteriosa observação do risco das operações.

Responsabilidade Socioambiental

A estrutura de gestão do Risco Socioambiental visa estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos para a implementação, nas empresas do Conglomerado Rendimento, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como definir as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 4.327, de 25.04.2014. A estratégia para a aplicação de medidas socioambientais na organização consistiu na adoção de duplo objetivo, quais sejam: a) agregar às práticas atuais de governança, ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental no ambiente

interno, contemplando as atividades de negócios e serviços bancários explorados e b) avaliar o "risco socioambiental" na relação com clientes e fornecedores, visando à adoção de procedimentos que anule ou reduza a incidência de tal risco. A Diretoria de Riscos e Compliance cabe a definição de políticas, medidas estratégicas, estabelecimento de responsabilidades e acompanhamento do cumprimento das obrigações legais previstas para a PRSA.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Grupo Rendimento mantém estrutura, para avaliação e gerenciamento do capital regulamentar, em conformidade com a Resolução 3.988/11, do CMN, compatível com os riscos dos negócios e alavancagem dos respectivos portfólios. São realizadas projeções do índice de Basileia, para períodos trienais, com a previsão de fontes para manutenção do nível de capital, em patamares confortáveis acima do mínimo exigido pelas autoridades reguladoras. Toda a estratégia da organização está registrada no Plano Trienal de Capital aprovado pela diretoria, o qual é submetido a processo anual de acompanhamento e revisão.

O Plano de Capital do Conglomerado Rendimento foi elaborado no primeiro semestre de 2015 e contempla o triênio 2015 a 2017, com projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. É realizado monitoramento contínuo, a fim de se observar a capacidade do Patrimônio de Referência, em períodos futuros, de suportar todos os riscos que possam envolver os negócios do Conglomerado Rendimento, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Conglomerado Rendimento conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a operação por especialistas os casos são submetidos para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. As áreas de negócios do Banco Rendimento são responsáveis, em primeiro lugar, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitos ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI é uma área estratégica de Controles Internos e institucional, o qual se reporta diretamente ao Diretor Presidente do Grupo Rendimento e Comitê de Segurança da Informação. A DSI, tem como objetivo principal a proteção da informação e minimizar ameaças de forma a garantir a continuidade e sustentabilidade do negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos. A DSI atua nos princípios da Segurança da Informação balanceando os fatores de risco, tecnologia e custos, bem como abrangendo os pilares da segurança (Integridade, Confidencialidade e Disponibilidade). Com o objetivo de preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base o seguinte escopo de atuação: Programas de treinamento de desenvolvimento seguro e conscientização; Hardening; Monitoramento de atividades e acessos críticos, revisão e estabelecimento de políticas, Perfis e Controle de acesso; Análise e Gerenciamento de vulnerabilidades, Análise de riscos de segurança; Classificação da informação; Monitoramento das regras de negócios; Criptografia de dados, proteção de tráfego de informações, entre outros controles relacionados à atividade.

Plano de Continuidade de Negócio

O Banco Rendimento e as empresas do conglomerado contam atualmente com uma estrutura de pessoas e processos para **Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)**. Existe uma equipe preparada para assegurar que em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos críticos de negócio sejam efetivos e capazes de salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. Regularmente os procedimentos e estruturas são revisados e testados para assegurar

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular (BACEN) nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
• Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários;
• Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado e operações de Termo de Moedas - NDF (Non-delivery Forward), as operações em NDF são marcadas a mercado mensalmente em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. O valor nominal dos contratos são contabilizados em contas de compensação.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, no mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 9.

f) Bens não de uso próprio
São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em divórcio de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

g) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.
Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.
A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, e 10% a.a. para os demais itens.

i) Diferido
É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por beneficiários em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN) referem-se mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Intangível
São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20%, para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.189/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Operações de câmbio
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base "pro rata" dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingências, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Lucro por ação
O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das informações semestrais.

	2015	2014
4. Caixa e equivalentes de caixa		
Descrição		
Disponibilidades	393.982	411.324
Aplicações em operações compromissadas	275.013	183.703
Total	668.995	595.027
5. Disponibilidades		
Descrição		
Caixa	9.917	13.540
Reserva Livre	4.488	7.769
Disponibilidades em moedas estrangeiras	379.577	390.015
Total	393.982	411.324

	2015	2014
6. Aplicações interfinanceiras de liquidez		
a) Aplicações em operações compromissadas		
Aplicações no mercado aberto:		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	30.000	110.503
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	245.013	73.200
Total aplicações no mercado aberto	275.013	183.703
b) Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Circulante		
Não ligada	15.283	3.295
Não ligada - Crédito rural	3.525	1.011
Não ligada - PRONAF	501	-
Não ligada - SUBEX	907	-
Não ligada - PRONAMP	503	-
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	20.719	4.306
c) Aplicações em moeda estrangeira		
Realizável a longo Prazo Aplicações em moeda estrangeira	44.077	29.952
Total de aplicação em moeda estrangeira	44.077	29.952
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	339.809	217.961

	2015			2014		
	Valor Custado (i)	Ajustes a Mercado (ii)	Valor de Mercado (iii)	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria - Livres	2.044	1.051	(993)	27.317	26.824	(493)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	25.273	25.306	33
Ações de companhias abertas	2.044	1.051	(993)	2.044	1.518	(526)
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	9.483	9.505	12
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	9.483	9.505	12
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	30.522	30.562	40
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	26.755	26.790	35
Aplicações Financeiras em Moeda Estrangeira	-	-	-	3.767	3.772	5
Total de títulos para negociação	2.044	1.051	(993)	67.332	66.891	(441)
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria - Livres	31.398	31.440	42	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	31.398	31.440	42	-	-	-
Vinculados a operações compromissadas	16.741	16.764	23	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	16.741	16.764	23	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias	25.807	25.842	35	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	25.807	25.842	35	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	73.946	74.046	100	-	-	-
Total de títulos e valores mobiliários	75.990	75.097	(893)	67.332	66.891	(441)

(i) Valor de custo
Referem-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
(ii) Valor de mercado
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores e as aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
(iii) Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajuste à Valor de Mercado", o valor de R\$ 100. Esse ajuste líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 60.

	2015		2014	
	Sem vencimento	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	74.046	74.046	61.601
Ações de companhias abertas (a)	1.051	-	1.051	1.518
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	3.772
Total	1.051	74.046	75.097	66.891

8. Instrumentos financeiros derivativos
a) O Banco Rendimento S/A opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, 1R, ICP IM e T.J.P). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.
b) Composição analítica das operações
Mercado Futuro
Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (BACEN), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	Valor nominal dos contratos	
	2015	2014
Contratos de futuros (i)		
Posição comprada		
Dólar	-	18.009
EUR	17.556	27.773
Outras Moedas	-	1.941
Total posição comprada	17.556	47.623
Posição vendida		
DI	18.604	31.787
Dólar	38.886	27.406
Euro	8.739	-
Outras Moedas	-	2.163
Total posição vendida	66.229	61.356

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 472 (R\$ 255 em 2014), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&FBOVESPA

NDF
A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física - NDF negociada na CETIP é assim assumida:

	Valor de mercado			
	2015	2014	2015	2014
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida
l) Tipo:				
Termo de moedas:				
Posição comprada	19.903	134	(426)	(292)
Posição vendida	19.117	-	(130)	(130)
Total NDF	39.020	134	(556)	(422)

c) Margem de garantia
São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:
Vinculados a prestação de garantias

	2015	2014
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	25.842	26.790
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	3.772
Total	25.842	30.562

9. Operações de crédito
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as operações de crédito estavam assim representadas:

	2015	2014
a) Composição da carteira de crédito		
Operações de crédito		
Capital de giro	145.546	165.693
Conta corrente garantida	96.736	110.741
FINAME	18.689	20.119
BNDES	1.844	4.500
Títulos descontados	33.709	27.077
Financiamento em moeda estrangeira	8.248	4.744
Cheque especial	4.728	3.188
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	6.028	4.363
Cédula de crédito de exportação	3.021	3.028
Confissão de dívida	1.740	5.148
Crédito pessoal	7.192	6.985
Recuperação Judicial	12	906
Adiantamento a depositantes	1.192	3.901
Total	328.685	360.423

Outros créditos
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)..... 4.183 7.836
Avisos e fianças 2.273 2.273
Rendas a receber (Nota 10) 1.814 1.008
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito 43.673 29.026
Devedores por compra valores e bens 210 -
Total **49.880** **40.143**

Total das operações de crédito
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (10.403) (12.822)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (3.126) (4.240)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa **(13.529)** **(17.062)**

	2015	2014
b) Composição da carteira		
Setor privado:		
Indústria	48.371	57.319
Comércio	24.312	31.615
Outros serviços	282.350	289.686
Intermediação financeira	1.871	1.765
Pessoas físicas	21.661	20.172
Total da carteira por ramo de atividade	378.565	400.566

	2015	2014
c) Composição da carteira por vencimento		
Vencidas:		
A partir de 15 dias	11.247	12.298
A vencer:		
até 90 dias	194.633	161.831
de 90 a 360 dias	125.404	146.684
acima de 360 dias	47.291	79.753
Total da carteira por vencimento	378.565	400.566

	2015	2014
d) Concentração da carteira		
maiores devedores	126.350	33,38%
50 seguintes maiores devedores	170.539	45,05%
100 seguintes maiores devedores	64.190	16,95%
Seguintes maiores devedores	17.486	4,62%
Total da carteira	378.565	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	2015		2014	
	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total
AA	-	-	-	-
A	0,5	254.685	-	254.685
B	1,0	56.414	153	56.567
C	3,0	47.080	1.483	48.563
D	10,0	3.178	747	3.925
E	30,0	1.968	347	2.315
F	50,0	3.931	365	4.296
G	70,0	26	4.028	4.054
H	100,0	36	4.124	4.160
Total		367.318	11.247	378.565

Nível de Risco	2015		2014	
	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total
AA	-	-	-	-
A	0,5	304.675	-	304.675
B	1	49.976	421	50.397
C	3	19.529	2.449	21.978
D	10	1.781	1.024	2.805
E	30	2.492	1.972	4.464
F	50	4.635	219	4.854
G	70	1.434	2.113	3.547
H	100	3.746	4.100	7.846
Total		398.268	12.298	400.566

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Saldo das transações As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.		
b) Remuneração da Administração Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:		
	2015	2014
Remuneração fixa no exercício.....	5.579	5.164
Remuneração variável no exercício.....	923	1.213
Encargos Sociais.....	(1.430)	(1.403)
Total.....	5.072	4.974
O Banco Rendimento S/A não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.		
19. Patrimônio Líquido		
a) Capital Social O capital social é representado por 125.024 ações nominativas sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferências. As ações preferências não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias. Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R\$ 85.316 para R\$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R\$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros - Outras R\$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações. Tal deliberação foi aprovada pelo BACEN em 05 de junho de 2015. Em 28 de agosto de 2015 por realização de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco reduziu o capital social de R\$ 150.000 para R\$ 107.370, mediante a entrega de 35.000 ações de emissão do Banco BBN, pelo valor de R\$ 42.630. Tal deliberação foi aprovada pelo BACEN em 07 de outubro de 2015.		
b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à assembleia geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas assembleias gerais extraordinárias, realizadas no ano de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 20.200, conforme quadro abaixo:		
Data da AGE	20.200	
24/07/2015.....	200	
10/08/2015.....	20.000	
Em 03 de junho e 03 de dezembro de 2015, foi deliberado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 10.200 referentes ao exercício de 2015, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 4.224.		
Data da AGE	10.200	
03/06/2015.....	5.500	
03/12/2015.....	4.700	
Lucros acumulados		
c) Reserva de lucros No exercício de 2015, o Banco Rendimento S/A apurou um lucro contábil de R\$ 23.708 (R\$ 23.366 em 2014). Legal: O Banco Rendimento S/A deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).		
20. Despesas de captação no mercado	2015	2014
Depósitos a prazo.....	63.364	43.723
Depósitos interfinanceiros.....	6.437	6.215
Operações compromissadas.....	1.906	1.233
Recursos de emissão de títulos.....	1.829	1.825
Contribuições ao fundo garantidor de crédito - FGC.....	838	686
Outras despesas de captação.....	29.713	10.013
Total.....	104.087	63.755
21. Receitas de prestação de serviços	2015	2014
Tarifas de arrecadação.....	12.328	11.193
Tarifas de câmbio.....	11.715	6.865
Tarifas de serviços bancários.....	3.244	3.420
Rendas de garantias prestadas.....	2.045	1.946
Tarifas de outros serviços.....	1.209	1.658
Total.....	30.541	25.082
22. Despesa de pessoal	2015	2014
Proventos.....	32.246	30.750
Encargos sociais.....	13.296	12.820
Benefícios.....	8.080	7.819
Honorários.....	6.502	6.376
Outros.....	318	396
Total.....	60.442	58.151
23. Outras despesas administrativas	2015	2014
Serviços Sistema financeiro.....	29.404	34.241
Processamento de dados.....	10.335	9.435
Serviços de terceiros.....	10.184	12.229
Aluguéis.....	4.121	4.139
Serviços técnicos especializado.....	2.933	3.452
Depreciação/amortização.....	2.687	2.772
Comunicações.....	1.916	1.942
Transportes.....	1.118	1.280
Contribuições filantrópicas.....	1.027	979
Vigilância e segurança.....	816	721
Domínio.....	763	679
Promoções e relações públicas.....	644	2.250
Manutenção e conservação de bens.....	586	588
Material.....	463	694
Outras.....	3.714	3.888
Total.....	70.711	79.289
24. Despesas tributárias	2015	2014
COFINS.....	7.045	8.001
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS.....	1.427	1.164
PIS.....	1.146	1.300
Outras.....	868	337
Total.....	10.486	10.802

A DIRETORIA

25. Outras receitas e despesas operacionais					
		2015	2014		
Outras receitas operacionais					
Reversões provistas tributos.....		1.425	3.079		
Verba de marketing.....		1.299	3.120		
Recuperação de encargos e despesas.....		168	204		
Avais e fianças.....		52	2.284		
Outras.....		1.280	758		
Total.....		4.224	9.445		
Outras despesas operacionais					
Contingências (i).....		2.403	2.775		
Bônus diretoria.....		127	203		
Provisões para perdas de avais e fianças.....		134	1.153		
Juros e multas sobre impostos.....		-	346		
Descontos concedidos.....		-	4.455		
Verba de marketing.....		-	534		
Outras.....		272	858		
Total.....		2.886	10.324		
(i) <i>Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.</i>					
26. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2015, correspondiam a R\$ 78.823 (R\$ 100.775 em 2014) com provisão para perdas no montante de R\$ 586 (R\$ 646 em 2014).					
27. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias					
a) Ativos contingentes Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.					
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais					
(i) <i>Provisões trabalhistas</i> - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.					
(ii) <i>Provisões cíveis</i> - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.					
(iii) <i>Provisões fiscais</i> - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:					
• Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 46.943;					
• Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 1.504.					
• Contestação administrativa sobre auto de infração de IOF e imposto fonte, lavrado contra a instituição relativo às operações de câmbio, no montante de R\$ 8.411.					
As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:					
		2015	2014		
Provisões					
Saldo no início.....	49.144	865	1.287	1.595	52.891
Constituições.....	1.077	3.326	1.173	-	5.582
Realizações / Reversões.....	(1.774)	(2.030)	(773)	-	(4.577)
Saldo no final.....	48.447	2.161	1.683	1.595	53.896
(i) <i>Referente a repasse de IPVA para Prefeitura de Tuiuti/SP.</i>					
		2015	2014		
Fiscais					
Saldo no início.....	49.213	279	49.492	39.739	49.774
Constituições.....	870	572	1.442	1.045	1.145
Realizações / Reversões.....	(637)	(508)	-	-	-
Saldo no final.....	49.446	343	49.789	49.482	-
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis Em 31 de dezembro de 2015, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 28 processos de natureza cível que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 645 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:					
• Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;					
• Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM.					
d) Órgãos reguladores Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento S/A.					
28. Limites operacionais O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:					
Patrimônio de referência - PR				226.723	
Risco de crédito - RWA _{CR}				91.164	
Risco de exposição cambial - RWA _{EX}				21.879	
Risco de taxas de juros - RWA _{TJ}				36	
Risco de cupom de moedas - RWA _{CM}				2.472	
Risco operacional - RWA _{OP}				47.521	
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA				163.092	
Margem sobre o PR considerando a R_{OP}				49.774	
O índice de Basileia na data-base de 31 de dezembro de 2015, para o Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 14,36% (Dezembro de 2014 - 17,65%).					
29. Gestão de riscos A gestão de riscos no Conglomerado Rendimento, aprovada pela Alta Administração, é disciplinada de forma integrada e corporativa com a adoção das melhores práticas definidas em políticas e procedimentos internos, monitorados com independência e isenção pela área de controles internos, em conformidade com os normativos do Banco Central do Brasil. Através de estrutura composta por corpo técnico especializado e ferramentas específicas de controle, é realizada a identificação e o acompanhamento proativo dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, para que sejam mitigados e reportados em função das características e complexidade dos nossos produtos e serviços. A estrutura de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, responsável, também, pela Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo. As definições estratégicas de maior relevância são submetidas aos comitês específicos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Administração, para a aprovação de medidas corretivas e preventivas com vistas à mitigação de possíveis riscos associados.					
I - Risco de Mercado É o risco associado à probabilidade de que a variação no valor de ativos e passivos causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada responsável pela execução das atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Adicionalmente é realizado monitoramento, avaliação e divulgação consolidada das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.					

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às boas práticas e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) - Esse modelo de análise de risco visa quantificar a exposição, utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

De acordo com o modelo de administração adotado para controle dos riscos, os limites e a exposição aos riscos de mercado, no Conglomerado Financeiro, são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência.

Testes de Estresse - tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F, realizamos cenários internos utilizando como premissas, dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utilizamos os cenários alta 4 e baixa -4 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

De acordo com os critérios de classificação de operações, previstos na Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, na Circular nº 3.354/07, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição. A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se alinhada aos conceitos do Comitê de Basileia, sendo constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios do Conglomerado.

II - Risco de Crédito
A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito encontra-se alinhada à Resolução 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional e visa possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a política definida pela Alta Administração e tem como objetivo deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito.

III - Risco Operacional
É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, requer uma estrutura específica, distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, foi definida política de gerenciamento do risco operacional, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura.

Com base em legislação do BACEN as instituições financeiras são obrigadas a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

IV - Risco de Liquidez
O controle da liquidez é um instrumento estratégico e de extrema importância, no Banco, tendo em vista a necessidade do acompanhamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descausamento entre ativos e passivos.

Em cumprimento à Resolução nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Rendimento S/A estabeleceu políticas que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos específicos de liquidez e também no mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro e permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Comitê de Liquidez é realizado dentro da periodicidade estabelecida em política onde é apresentado o panorama do mercado, caixa e captação, visando a identificação de eventuais desvios e necessárias correções para níveis considerados adequados e suficientes para a mitigação de riscos que possam atingir a reputação do Conglomerado.

V - Responsabilidade Socioambiental
Neste exercício implantamos a política de risco socioambiental, no Conglomerado Rendimento, de acordo com a Resolução 4.327, do Conselho Monetário Nacional, visando estabelecer mecanismos de controle dos riscos nas atividades de financiamento a clientes e relacionamento com fornecedores e parceiros, dentre outros negócios componentes do portfólio das empresas do Grupo. Nossa política e ações estão sendo implementadas de forma corporativa e integrada sob todos os aspectos sociais e ambientais.

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental, devidamente aprovada pela Alta Administração, foi implementada com o objetivo de possibilitar a identificação, controle, mensuração e mitigação de perdas em função de riscos associados a danos socioambientais, em observância à natureza e complexidade das atividades desenvolvidas no grupo e dos respectivos produtos e serviços.

Para a plena efetividade dos objetivos constantes dessa política foram definidas estratégias e diretrizes, com o envolvimento das diretorias e gestores do Conglomerado, visando possibilitar o conhecimento e disseminação a todo o corpo funcional, dos princípios que norteiam a referida política e sua importância no cotidiano de cada colaborador e a nossa relação com clientes, parceiros e fornecedores.

Nesse contexto, por entendermos que o combate à corrupção se constitui um elemento de responsabilidade social, fizemos constar das nossas estratégias e diretrizes, os procedimentos da Lei Anticorrupção na Política de Responsabilidade Socioambiental, dando ênfase aos padrões de conduta e código de ética, treinamentos periódicos, dentre outras diretrizes aplicáveis a todos os colaboradores, administradores, clientes e cadeia de fornecimento.

Estamos considerando nos contratos com clientes, parceiros e fornecedores, cláusula que trata da necessária regularidade aos assuntos ligados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros pertinentes ao tema, também como instrumento de mitigação de possíveis riscos socioambientais e fazendo-se compor das análises de compliance, onde passamos a apurar os riscos ligados a danos socioambientais, independentemente dos riscos legais, tributários, de imagem (corrupção) que trazem intrínseca relação.

Em paralelo, temos criado canal de acesso a todos os colaboradores do Conglomerado, para registro de incidentes de Risco Socioambiental o qual utilizamos para controle, acompanhamento e mitigação a ser utilizado como forma se estabelecer a da prevalência dos princípios da relevância e da proporcionalidade.

Certamente a adoção dessa política proporcionará ao Conglomerado Rendimento condições de identificar oportunidades de negócios que atendam aos princípios de sustentabilidade, alinhados com os pré-requisitos sociais os quais dão suporte para competirmos no mercado financeiro com qualidade e eficiência.

VI - Estrutura de Gerenciamento de Capital
O Banco Rendimento S/A possui estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com as orientações constantes da Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento, planejamento de metas e controle do capital mantido pela instituição, bem como pela avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição esteja sujeita.

A partir das disposições constantes da referida Resolução, o Banco Rendimento S/A passou a calcular índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Capital), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2015 foi realizada a revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2014, tendo como premissas de análise a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência - PR do Conglomerado para o triênio 2015 a 2017.

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

As Acionistas e aos Administradores do Banco Rendimento S/A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demons-

trações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em

conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S/A, em 31 de dezembro de 2